

# 3

## O DÍZIMO NO NOVO TESTAMENTO

*É impossível encontrar, na Bíblia Sagrada, uma base verdadeira para cobrança de dízimo no Novo Testamento, mas pelo contrário, porque a orientação do Evangelho de Cristo é para que nenhum cristão troque a sua liberdade espiritual pela maldição da servidão da Lei.*

No Novo Testamento existem apenas quatro textos que mencionam o dízimo. Entre estes quatro, dois são paralelos, isto é, relatam a mesma situação: Mateus 23.23 e Lucas 11.42; os outros dois estão em Lucas 18.12 e Hebreus 7.2-9. E o que fica bem evidente nestes textos é que nenhum deles se refere à dízimo de cristão.

Observemos Mateus 23.23 e Lucas 11.42 respectivamente transcritos a seguir:

1º) *Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, pois que dizimais a hortelã, o endro e o cominho, e desprezais o mais importante da lei: o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas (Mt 23.23).*

2º) *Mas ai de vós, fariseus, que dizimais a hortelã, e a arruda, e toda hortaliça, e desprezais o juízo e o amor de Deus. Importava fazer estas coisas e não deixar as outras (Lc 11.42).*

Neste caso, podemos claramente entender que ao finalizar Seu comentário, Jesus diz que eles deveriam continuar dando o dízimo e, inclusive, não se omitirem de praticar os demais mandamentos da Lei (o mais importante dela).

Porém, aí vem a seguinte pergunta: “a quem Jesus estava dirigindo Suas palavras e qual o teor destas palavras?” Sem dúvida compreendemos

que Jesus se dirigia aos escribas e fariseus, e não a cristãos (como muitos afirmam); tanto, que Jesus não os tratou pelos seus próprios nomes, mas pelo título da sua religião. Esses homens, vivendo o judaísmo regido pela Lei, confiavam na sua própria justiça e capacidade, no que tange a guarda da Lei. Apresentavam-se a Jesus em condições de perfeitos, ostentando hipocritamente grande santidade e confiança nas suas próprias obras de justiça; enquanto isso não aceitavam a autoridade divina de Jesus.

Em Lucas 16.15, Jesus disse-lhes: *Vós sois os que justificais a vós mesmos diante dos homens, mas Deus conhece os vossos corações, porque o que entre os homens é elevado, perante Deus é abominação.*

Observa-se que a tendência dos fariseus era permanecer debaixo da Lei, desconhecendo a Graça de Cristo. E mesmo não existindo no homem a capacidade para guardar a Lei, Deus não proíbe ninguém de entrar por esse caminho, quando a pessoa faz questão de estar debaixo da Lei; mas nesse caso, então, exige dela a perfeição na prática de toda a Lei (Tg 2.10): *Porque qualquer que guardar toda a lei e tropeçar em um só ponto, tornou-se culpado de todos.*

Foi exatamente essa cobrança que Jesus fez aos fariseus, se quisessem entrar pela Lei (se achando em condições de guardá-la), o caminho estava aberto, porém, que não fossem hipócritas, ou seja, que não fossem somente dizimistas, mas que não desprezassem o mais importante da Lei:

*O juízo, a misericórdia e a fé (Mt 23.23).*

*O juízo e o amor de Deus (Lc 11.42).*

Conclusão: deveriam guardar toda a Lei sem tropeçar em um só ponto (Tg 2.10; Gl 5.2-3).

Se alguém argumenta que estas palavras não foram dirigidas à fariseus, mas sim à cristãos, pelo fato de Jesus ter incluído a misericórdia e a fé, ações estas praticadas pelos cristãos, vale lembrar que muitas determinações do Novo Testamento estão incluídas na dispensação da Lei, como por exemplo: **Não adulterarás, não matarás, não darás falso testemunho, amarás a Deus sobre todas as coisas, etc.** O que essas pessoas não entendem é que a Lei é ampla, contendo muitas obras do Novo Testamento e muito mais, como: **circuncisão, dízimos, guarda de dias meses e anos, sacrifícios de animais, abstinência de manjares, etc. etc.** Paulo dá as características da preciosidade da Lei, dizendo: *E assim a lei é santa, e o mandamento santo, justo e bom (Rm 7.12).* Porém havia nela ordenanças

divinas que ao homem é impossível realizá-las. Tanto que Paulo disse: *Porque bem sabemos que a lei é espiritual; mas eu sou carnal, vendido sob o pecado (Rm 7.14).*

Podemos afirmar que a Lei é santa porque veio de Deus (Lv 18.5); tão boa que Jesus a consumou (Jo 17.4); e tão justa que Cristo nos salvou pela realização do seu cumprimento (Mt 5.17).

Vale salientar que aquele que quiser viver debaixo da Lei (se achando capaz de guardá-la) não pode desprezar o mais importante dela: **O juízo, a misericórdia e a fé.**

Veja que Paulo fala aos Gálatas, dizendo: *E de novo protesto a todo homem, que se deixa circuncidar, que está obrigado a guardar toda a lei (Gl 5.3).* Essa “**toda a Lei**” que Paulo fala que deve guardar **o homem que se deixa circuncidar**, obviamente inclui o principal dela: **o juízo, a misericórdia e a fé**; pois fazem parte da dispensação da Lei, mas nem por isso o cristão deve se circuncidar; pois está escrito: *Se o crente se circuncidar, Cristo de nada aproveitará (Gl 5.2).*

Diante deste esclarecimento, alguém pode perguntar: “mas não existe só um caminho para

salvação?” Não, é a resposta. Existe só um caminho se levarmos em conta a incapacidade humana. Mas, matematicamente, existem dois caminhos:

1º) O da salvação pela prática da Lei dada por Deus, por intermédio de Moisés (a Antiga Aliança, chamada Lei de Moisés).

2º) O da salvação pela Graça que há em Cristo Jesus (a Nova Aliança).

Por que então Jesus disse: *Eu sou o caminho?* Exatamente levando em conta a incapacidade humana.

A justiça pela Lei dada por intermédio de Moisés, foi o primeiro caminho oferecido por Deus para a salvação do homem, conforme a Sua própria expressão em Levíticos 18.5: *E dei-lhes os meus estatutos e os meus juízos pelos quais cumprindo-os o homem viverá por eles*; veja também Ez 20.11.

Paulo, escrevendo aos romanos, confirma esta condição de salvação ao declarar: *Ora, Moisés descreve a salvação que é pela lei, dizendo: O homem que fizer estas coisas viverá por elas (Rm 10.5)*. Este é o caminho da salvação pela prática da Lei (fora da Graça de Cristo), Gl 5.4.

Porém, todo cristão esclarecido tem pleno conhecimento de que no homem não existe justiça suficiente para guardar os mandamentos da Lei, pois está escrito: *Não há um justo, nem um sequer (Rm 3.10; Sl 53.2-3)*. Contudo, o caminho da salvação pela prática da Lei continua aberto, isto é, à disposição de alguém que queira confiar na sua própria capacidade, como faziam os fariseus.

Existem vários textos bíblicos confirmando que a Lei permanece como caminho para a salvação humana. Para um melhor esclarecimento, comecemos interpretando o capítulo 10, versículo 19, da Epístola aos Hebreus, quando o escritor declara: *Tendo, pois, irmãos, ousadia para entrar no santuário, pelo novo e vivo caminho que ele nos consagrou, pelo véu, isto é, pela sua carne.*

No versículo acima, o escritor se refere a **Novo Caminho**; isto quer dizer que existe outro caminho (**o Velho Caminho**); Velho, obviamente, porque veio antes do Novo. No capítulo 8, versículo 13 do mesmo livro, o próprio escritor acrescenta: *Dizendo nova aliança, envelheceu a primeira. Ora, o que foi tornado velho, e se envelhece, perto está de se acabar.*

Observemos, então, que a Lei não se havia acabado. Porém, a prática da Lei só se acabará quando não existir mais ninguém confiando na

carne (na sua própria capacidade), querendo usá-la como meio de salvação.

Paulo, escrevendo a sua Primeira Epístola a Timóteo, expressa-se sobre o assunto, dizendo: *Sabemos, porém, que a lei é boa, se alguém dela usa legitimamente (1 Tm 1.8)*. Aqui, ele demonstra estar aberto o caminho da salvação pela prática da Lei. Igualmente observemos os versículos transcritos a seguir:

- a) Rm 2.25: *A circuncisão é, na verdade proveitosa, se tu **guardares** a lei.*
- b) Gl 5.3: *E de novo protesto a todo homem, que se deixa circuncidar, que **está** obrigado a guardar toda a lei.*
- c) Rm 2.13: *Porque os que ouvem a lei não são justos diante de Deus, mas os que **praticam** a lei, hão de ser justificados.*
- d) Gl 3.12: *Ora, a lei não é da fé, mas, o homem que **fizer** estas coisas, por elas viverá.*

Porque na verdade, não é a Lei que não tem capacidade para salvar o homem; é o homem que não tem capacidade para guardar a Lei. Porém, a Lei só tem capacidade para salvar o homem que for perfeito; mas Jesus tem capacidade para salvar o homem imperfeito. Tanto a Lei como Cristo, têm capacidade para salvar, porém, em condições bem distintas, ou seja, enquanto a Lei exige a perfeição, o poder de Cristo se aperfeiçoa na fraqueza (2º Co. 12.9).

Portanto, observamos acima que a Lei permanece à disposição da perfeição humana. Por isto Jesus não condenou os fariseus por quererem guardar a Lei, mas sim os advertiu para que, neste caso, então, guardassem toda a Lei.

Os pregadores de dízimos se apegam tanto aos versículos 8 à 10 do capítulo 3 do livro de Malaquias, que até pregam que o cristão que não paga o dízimo não entra no reino dos céus, nem pode estar em comunhão com o povo de Deus.

A respeito dessa heresia, inclusive, temos ouvido alguns pregadores dizerem que o dízimo é uma dívida financeira que o cristão tem para com Deus. Porém, os que assim pregam, inutilizam o Completo Sacrifício que Cristo realizou na **Cruz do Calvário** em resgate da humanidade; pois o

próprio Jesus, ao entregar o Espírito a Deus, declarou: *Está consumado* (Jo 19.30; Lc 23.46).

Os tais querem ser resgatados da sua vã maneira de viver com a tradição que receberam de seus pais através de pagamento de dízimos e demais obras mortas. Pedro, escrevendo a sua Primeira Epístola, adverte o povo dessa heresia, dizendo: *Não foi com coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados da vossa vã maneira de viver que por tradição recebestes de vossos pais, mas com o precioso sangue de Cristo, como de um cordeiro imaculado e incontaminado* (1 Pe 1.18-19). Confira ainda: Ap 22.17; At 15.10-11; Ef 2.8-9; Mt 20.28; 1Tm 2.6; Rm 3.24.

Os cobradores de dízimos até parecem desconhecer a Graça de Cristo e o que significa: *Misericórdia quero, e não sacrifícios* (Mt 9.13).

Vimos, portanto, o espírito da mensagem que o texto em estudo expressa, porém muitos são os líderes religiosos que o tomam como uma das bases para cobrança de percentual dos cristãos. Ainda alegam que Jesus está autorizando tal cobrança aos cristãos, apresentando a parte final destes versículos: *Deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas* (Mt 23.23). *Importava fazer estas coisas, e não deixar as*

*outras (Lc 11.42)*. Como já foi esclarecido acima, ao terminar Seu comentário, Jesus diz que os escribas e fariseus não deveriam deixar de pagar o dízimo, pois fazia parte da Lei que eles persistiam em guardar.

Observe, ainda, o leitor, que o dízimo ali não é o objetivo principal, e sim está sendo usado como argumento para levar aqueles homens, que viviam apenas de aparência, ao conhecimento do seu erro.

### ***Lucas 18.11-14***

*11 O fariseu, estando em pé, orava consigo desta maneira: Ó Deus, graças te dou, porque não sou como os demais homens, roubadores, injustos e adúlteros; nem ainda como este publicano.*

*12 Jejuo duas vezes na semana, e dou o dízimo de tudo quanto possuo.*

*13 O publicano, porém, estando em pé, de longe, nem ainda queria levantar os olhos aos céus, mas batia no peito, dizendo: Ó Deus, tem misericórdia de mim pecador.*

*14 Digo-vos que este desceu justificado, e não aquele; porque qualquer que a si mesmo se exaltar será humilhado, e qualquer que a si mesmo se humilhar será exaltado.*

Nos versículos supracitados, encontramos Jesus criticando, mais uma vez, os fariseus por confiarem em suas obras de justiça, e justificando um publicano por reconhecer seu estado de pecaminosidade, humilhando-se diante de Deus.

É dentro dessa mensagem que aparece pela segunda vez o dízimo no Evangelho de Lucas. O leitor pode observar que novamente Jesus faz referência ao dízimo de homens que estavam debaixo da Lei. Se o leitor for sincero, haverá de concluir que, neste texto, Jesus não está impondo o dízimo aos cristãos.

### *Hebreus Capítulo 7*

Apresento esta parte dividida em dois pontos para melhor clareza.

**Ponto 1:** Um resumo geral do que o escritor procura apresentar neste capítulo.

**Ponto 2:** Destaque para os versículos que são especificamente tomados por base para cobrança do dízimo.

1- Os cristãos hebreus, por terem vindo do judaísmo e seus preceitos, tinham tendências a sustentar rudimentos do Antigo Pacto (a Lei), tais

como: circuncisão, sacerdócio levítico, etc. (At 15.5-6). Sendo assim, o escritor procura mostrar, neste capítulo 7, a absoluta superioridade de Jesus sobre o sacerdócio levítico, que era segundo a Lei, ou seja, agia de acordo com a Lei, conforme versículo 5. Procura mostrar também que a obrigatoriedade da Lei havia tido o seu tempo exclusivo e que já havia cessado, conforme versículo 28, que diz: *Porque a lei constitui sumos sacerdotes a homens fracos, mas a palavra do juramento, que veio depois da lei, constitui ao Filho, perfeito para sempre.*

Em resumo, o que o autor procura transmitir neste capítulo é a superioridade de **Cristo**, algo que ele faz em sequência. Primeiro apresenta a superioridade de Melquisedeque sobre o sacerdócio levítico, que aparece nos versículos 4 a 10; em seguida apresenta a superioridade de Cristo sobre o sacerdócio levítico, nos versículos 11 a 28. Essa superioridade de Jesus sobre tudo e todos está resumida no primeiro versículo do capítulo 8: *Ora, em suma (em resumo) do que temos dito, é que temos um sacerdote tal (tal aqui significa indescritível) que está assentado nos céus a destra do trono da Majestade.*

O fato de o escritor aos Hebreus ter usado o dízimo de Abraão a Melquisedeque como argumento para mostrar a superioridade de Cristo,

não significa que está ordenando a cobrança de dízimo para os cristãos.

Pois não é pelo fato dos escritores do Novo Testamento referir-se a uma obra realizada por Abraão, que a mesma deve ser praticada pelos cristãos. O apóstolo Paulo referiu-se a circuncisão de Abraão como “**selo da justiça da fé**”, mas isso não significa que ele esteja determinando a prática da circuncisão para os cristãos.

Os levitas cobravam dízimos segundo a Lei (de Moisés), é o que nos fala o versículo 5, que diz: *E os que dentre os filhos de Levi recebem o sacerdócio têm ordem, **segundo a lei**, de tomar o dízimo do povo, isto é, de seus irmãos, ainda que tenham saído dos lombos de Abraão.*

A expressão “**têm ordem segundo a lei**” deixa claro que o dízimo era tomado segundo a Lei, e não segundo a Graça. Observe que o escritor faz questão de esclarecer que o dízimo não era praticado entre os cristãos, quando diz: “**do povo, isto é, de seus irmãos**”. Não disse “dos nossos irmãos”, mas, “dos seus irmãos” (dos irmãos espirituais dos sacerdotes levíticos que ainda andavam na Lei e não viviam na Graça de Cristo).

Onde aparece a igreja primitiva pagando ou recebendo dízimos? Aparece, sim, recolhendo ofertas voluntárias para diversas necessidades.

O cristão age pela lei da liberdade, Tg 1.25: *Aquele, porém, que atenta bem para a lei perfeita da liberdade, e nisto persevera, não sendo ouvinte esquecido, mas fazedor da obra, este tal será bem-aventurado no seu feito.*

E também, Tg 2.12: *Assim falai, e assim procedei, como devendo ser julgados pela lei da liberdade.* Não é mais a lei da aliança levítica, isto é, de mandamentos carnis (Hb 7.15-19).

Portanto, irmãos, convêm que consideremos a advertência de Paulo: *Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo vos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão (Gl 5.1).*

## **2) - Hebreus 7.8**

*“E aqui certamente tomam dízimos homens que morrem; ali, porém, aquele de quem se testifica que vive”.*

Na primeira parte deste versículo, o escritor está fazendo menção do sacerdócio levítico, que

era composto de homens mortais, conforme versículo 5 do mesmo capítulo.

A palavra “**aqui**” se refere a essa menção. Seria o mesmo que o autor dizer: Aqui (neste caso, nesta situação que exponho a vocês, irmãos) quem cobra dízimos são homens que morrem. Quais homens? Os levitas. Pois quando esta epístola foi escrita o “sacerdócio levítico” ainda continuava; tanto que no capítulo 8, versículo 4, o escritor comentando sobre Jesus, diz: *Ora, se **Ele** estivesse na terra, nem tampouco sacerdote seria, havendo ainda sacerdotes que oferecem dons segundo a lei.*

Então o “**Aqui**” não está fazendo referência aos obreiros do Novo Testamento como muitos supõem e ensinam, mas sim a sacerdotes levíticos, pois eram eles quem cobravam dízimos.

Já, na segunda parte, quanto à palavra “**ali**”, ela não passa de uma referência a Melquisedeque ali no passado. Seria o mesmo que o autor dizer: “**Ali (naquele caso, naquela situação, no tempo de Melquisedeque)** aquele de quem se testifica que vive”.

O “**Ali**” não está fazendo referência a Jesus, como alegam. O dízimo não é exclusividade da Lei, conforme versículo 5? Então, como pode

Jesus estar lá no céu cobrando ou recebendo algo pertencente a CÉDULA que era contra nós nas suas ordenanças, a qual Ele já riscou, tirou do nosso meio e cravou na cruz? (Cl 2.14).

Por fazer parte da Lei de mandamentos carnis, o dízimo foi substituído pela Graça. Depois que a fé veio já não estamos debaixo da Lei, conforme está escrito: *Separados estais de Cristo, vós, os que vos justificais pela lei: da graça tendes caído (Gl 5.4).*

### ***A SEMELHANÇA DE MELQUISEDEQUE***

Muitos tentam, de toda maneira, torcer alguns textos bíblicos em favor de seus pontos de vista, para fabricar argumento a fim de colocar preço financeiro à salvação cristã.

Alguns até defendem o dízimo no Novo Testamento, sob alegação de Jesus ter sido comparado à semelhança de Melquisedeque, quando este no seu ministério recebeu dízimo de Abraão; porém, esta não deixa de ser, também, uma alegação absolutamente equivocada e sem fundamento espiritual.

Pois neste caso, então, teríamos também que praticar as obras do ministério de Moisés! Porque se

Jesus foi comparado à semelhança de Melquisedeque, também O foi, e muito mais, à semelhança de Moisés!

Quando Deus reuniu o povo israelita ao pé do Monte Sinai para lhe determinar as obras do ministério de Moisés, isto é, a Lei dos mandamentos, o povo temeu a voz do Senhor, porque havia grandes maravilhas naquele lugar. Pois o Senhor descera em fogo. Deus falava em alta voz, e havia trovões e relâmpagos. E o povo vendo isso, encheu-se de temor e pôs-se de longe. E disseram a Moisés: fale tu conosco, e ouviremos; e não fale Deus conosco, para que não morramos. Então o Senhor disse a Moisés: *bem falaram naquilo que disseram. Eis que lhes suscitarei um profeta do meio de seus irmãos, como tu, e porei as minhas palavras na sua boca, e ele lhes falará tudo o que eu lhe ordenar. E será que qualquer que não ouvir as minhas palavras, que ele falar em meu nome, eu o requererei dele (Dt.18.15-19; Ex. 20.18-19).*

Irmãos, a síntese de tudo isto, é que Este Profeta que o próprio Deus compara à semelhança de Moisés, não é outro senão Jesus Cristo. Mas nem por isto temos que praticar as obras do ministério de Moisés (Jo 1.17).

Quando Pedro realizou a cura do coxo, na porta formosa do templo, e querendo apresentar

Jesus Cristo e o Seu poder de salvação para o povo que estava maravilhado e atônito diante de tal realização, não se referiu à Melquisedeque, mas buscou à semelhança de Moisés, dizendo: ***porque Moisés disse: o Senhor, vosso Deus, levantará dentre vossos irmãos um profeta semelhante a mim; a ele ouvireis em tudo quanto vos disser (At 3.22).***

Da mesma forma, Estêvão, no auge de sua revelação, tendo o seu rosto como o de um anjo, ao proferir palavras de salvação, e querendo apresentar Jesus e Sua grandiosidade para o povo, também usou à semelhança de Moisés, dizendo: ***porque Moisés disse aos filhos de Israel: o Senhor, vosso Deus, vos levantará dentre vossos irmãos um profeta como eu; a ele ouvireis (At 7.37).***

Observemos que Estêvão também não se referiu à Melquisedeque para demonstrar o poder e a superioridade de Jesus, mas sim, baseou-se na semelhança de Moisés. Então vemos que Moisés foi muito mais comparado à semelhança de Jesus do que Melquisedeque. No entanto não temos que praticar as obras do ministério de Moisés.

Porque uma coisa é certa: mesmo Moisés e Melquisedeque sendo comparados à semelhança de Jesus, mas não os foram na autenticidade.

Ninguém é igual a Jesus; Ele é Incomparável, Único Salvador, conforme está escrito: *E em nenhum outro há salvação, porque também debaixo do céu nenhum outro nome há, dado entre os homens pelo qual devamos ser salvos (At 4.12)*. Veja também 1Tm 2.5.

Nem em Moisés, nem em Melquisedeque, nem em outro qualquer, por mais privilegiado que seja na expressão bíblica, há poder de redenção. Tanto, que ninguém pode ser batizado em Moisés, tampouco em Melquisedeque, mas somente em Jesus. Tanto as obras do ministério de Moisés como as obras do ministério de Melquisedeque eram boas; o que faltou em ambos foi a capacidade de cumpri-las por nós.

Mas Jesus, como nosso Redentor, tomou as obras da época do ministério de Melquisedeque, que eram: sacrifícios de animais, circuncisão, dízimos etc., as quais já estavam enquadradas na Lei de Moisés, e as cumpriu por nós, para que fôssemos salvos pela Sua Graça, ou seja, para que revestidos de Cristo automaticamente já estivéssemos revestidos do cumprimento de tais obras; bem compreendido, nos alimentando no que Cristo já cumpriu. Por isto que Jesus declara: *Assim como o Pai que vive me enviou, e eu vivo pelo Pai, assim quem de mim se alimenta, também viverá por mim (Jo 6.57; Jo 15.5; Rm 4.5)*.

O texto que narra a história do livro selado com sete selos, que estava na mão do Todo-Poderoso (no capítulo 5 do Apocalipse), mas uma vez nos deixa clara a Unicidade de Jesus, quando o livro precisava ser aberto e desatados os seus selos: um anjo forte, bramando com grande voz, desafiava dizendo: *Quem é digno de abrir o livro e de desatar os seus selos? E ninguém no céu, nem na terra, nem debaixo da terra, podia abrir o livro nem de olhar para ele (Ap 5.2-3)*. Enquanto isso João chorava muito, porque a nossa salvação dependia de alguém que pudesse abrir o livro e desatar os seus sete selos. Porém, nessa hora, nem Moisés, nem Melquisedeque, nem algum outro foi digno disto. Porque diz que ninguém foi achado digno para tal. Mas um dos anciãos confortou à João, apresentando o Incomparável Jesus Cristo, o Inigualável Rei dos reis, o Único Salvador, dizendo: *Eis aí o Leão da tribo de Judá, a Raiz de Davi, **que venceu** para abrir o livro e desatar os seus sete selos(Ap 5.5)*.

A prática do dízimo no Novo Testamento é antibíblica. Tenho registros em mãos, os quais dizem que a igreja só começou a cobrar dízimo por volta do ano 600 d.C. Sabemos que nessa época, parte de sua administração já havia se corrompido, devido a alguns maus obreiros que à ministravam. Paulo, prevendo coisas deste tipo, alertou os anciãos da igreja de Éfeso, dizendo: *Porque eu sei isto: que depois da minha partida,*

*entrarão no meio de vós lobos cruéis que não perdoarão o rebanho (At 20.29). No versículo 33 ele declara não ter cometido tal extorsão financeira contra a igreja, ao dizer: De ninguém cobicei a prata, nem o ouro. Sabia ele que, quando os lobos entrassem na administração da igreja, iam cobiçar prata e ouro. Nessa cobiça forçam até os pobres necessitados a praticarem a lei do dízimo (Mt 23.4).*

Mas Paulo adverte, no capítulo 6 de sua Primeira Epístola a Timóteo, que não entre por esse caminho, praticando esse tipo de obra. No versículo 10 ele diz: *Porque o amor ao dinheiro é a raiz de toda espécie de males. E no versículo 11: Mas tu, ó homem de Deus, foge destas coisas, e segue a justiça, a piedade, a fé, a caridade, a paciência, a mansidão.*

O cristão deve contribuir, sim, porém, de maneira espontânea, não pela lei de mandamentos carnis, mas pela lei da liberdade, segundo o sentimento do coração, conforme a expressão do apóstolo Tiago: *Aquele, porém, que atenta bem para a lei perfeita da liberdade, e nisto persevera, não sendo ouvinte esquecido, mas fazedor da obra, este tal será bem-aventurado nos seus feitos (Tg 1.25). Confira também, Tg 2.12.*

A lei da liberdade dispensa a ordenança de percentual, mas interessa-se no propósito do nosso coração; o apóstolo Paulo nos conscientiza desta realidade, dizendo: *Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza ou por necessidade, porque Deus ama ao que dá com alegria (2 Co 9.7).*

Ao crente que tem consciência de sua responsabilidade diante de Deus, não é preciso que lhe determine a quantia ou o percentual que deva contribuir, pois contribui com o máximo que pode. A viúva pobre, quando deu o que tinha (o máximo que podia Lc 21.1-4), não o fez com base em dízimo, mas em contribuição espontânea.

As lideranças religiosas que determinam o percentual de contribuição, demonstram dúvida quanto a espiritualidade de sua igreja, visto que na primeira epístola à Timóteo, 1.9-10, Paulo declara que **a lei não é feita para os cristãos, mas para os ímpios, para os profanos, para os que são contra a sã doutrina.**

Portanto, cristãos, não podemos nos deixar influenciar pelo espírito legalista, ou seja, não devemos de forma alguma associar a contribuição cristã a cumprimento de percentual.

Os defensores do dízimo alegam o seguinte: “O dízimo é um percentual de referência mínima para estabelecer o piso de contribuição cristã”. Mas, na realidade, tal alegação não confere com a verdadeira doutrina cristã. Pois segundo o ensinamento do Evangelho de Cristo, o Espírito da Graça não estabelece piso nem teto de contribuição. O percentual preestabelecido como contribuição mínima (como alegam) é pura lei de mandamento carnal.

Devemos entender que os líderes têm o direito e o dever de apresentar as necessidades financeiras da obra de Deus e incentivar os cristãos a contribuírem, mas não têm o direito de determinar o valor ou o percentual com que cada cristão deva contribuir; pois dessa maneira, a contribuição cristã já não seria pelo propósito do coração de **“cada um” (como manda a Bíblia, 2 Co.9.7)**, mas pelo propósito do coração de seus líderes. Isso significa que cujos líderes não estão confiando na espiritualidade da igreja e, pela carne, querem realizar a obra que só o Espírito Santo pode realizar. Por isto, tal condição não deve ser aceita.

Observemos a libertação que nós, cristãos, recebemos da parte de Deus, com relação ao jugo da Lei, inclusive sobre a ordenança de

contribuição financeira, expressada pelo apóstolo Paulo nos versículos a seguir:

*Estai, pois, firmes na liberdade com que Cristo vos libertou, e não torneis a meter-vos debaixo do jugo da servidão (Gl 5.1).*

*Mas, se sois guiados pelo Espírito, não estais debaixo da lei (Gl 5.18).*

*Cada um contribua segundo propôs no seu coração; não com tristeza ou por necessidade, porque Deus ama ao que dá com alegria (2 Co 9.7).*

[www.reveladopordeus.com.br](http://www.reveladopordeus.com.br)